

12.dezembro.2013 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** **Externato Ana Sullivan**
Maria Manuela Aguiar (Diretora), Maria de Fátima Oliveira Mesquita (Diretora Adjunta), José Manuel Marques Vilela (Comissão de Pais) e Francisco Eduardo da Rocha Laranjeiro (Comissão de Pais)
- Externato O Veleiro**
Esmeralda Pizarro (Diretora Pedagógica), Marai Gabreila Bueri (Direção), Maria do Carmo Roque (Professora), Maria Hermínia Afonso (Professora), Maria Lisete Carvalho (Professora)
- Recebidos por:** Deputadas do Grupo de Trabalho da Educação Especial: Margarida Almeida (Coordenadora), Maria Manuela Tender (PSD), Sandra Pontedeira (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) e Rita Rato (PCP).
- Assunto:** Não pagamento, por parte do Ministério da Educação e Ciência, de verbas contratualizadas.

Os representantes do Externato Ana Sullivan agradeceram a rápida concessão da audiência e apresentaram as suas preocupações, que se prendem com a grave situação financeira em que se encontra a instituição, decorrente do não pagamento, desde setembro de 2013, pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC), das verbas referentes a lecionação, alimentação e transporte dos alunos, cuja revalidação do acesso foi autorizada, por despacho do Diretor Geral dos Estabelecimentos Escolares. Em função deste despacho, seria pago ao colégio uma mensalidade no valor de 13 442, 80 €, durante 11 meses, formalizada por um acordo de cooperação celebrado entre o MEC e o Externato.

Realçaram que a falta de pagamento, na ordem dos 70.000€ (5.000€ da Segurança Social + 65.000€ do Ministério da Educação e Ciência) provocou falta de liquidez na tesouraria, da qual decorrem atrasos de pagamentos de salários, de impostos às Finanças e Segurança Social e de dívidas a fornecedores. Acrescentaram ainda que a Segurança Social se comprometeu a resolver a questão do indeferimento de 10 jovens, que tinham 18 anos em setembro, não tendo, no entanto, efetuado qualquer pagamento até ao momento.

Mencionaram ainda que todos os anos se têm verificado atrasos de pagamento no mês de setembro, mas a situação é posteriormente regularizada, o que ainda não se verificou, no presente ano letivo, relativamente a 2 colégios de Lisboa (Colégio Grão Vasco e Veleiro) e 2 colégios do Porto (Externato Ana Sullivan e Colégio Novos Rumos), o que entendem configurar um tratamento discriminatório, sendo que foram efetuados os pagamentos para a grande maioria dos colégios de Lisboa, a 15 de novembro.

Por último, referiram-se às várias diligências efetuadas, desde finais de setembro, junto dos serviços da DgestE, e ao pedido de audiência dirigida ao Diretor Geral da DgestE, cuja marcação se aguarda. Perguntaram ainda se o cheque-ensino poderia resolver o problema do encaminhamento dos alunos para as instituições de Ensino Especial.

As representantes do Externato O Veleiro referiram-se à grave situação da instituição, que conta com 21 jovens, e que foi criada há 40 anos, sem que nunca se tenham registado atrasos como os deste ano. Esclareceram que, até à data, e apesar de o Contrato de Cooperação ter sido assinado e entregue na Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, não foi ainda efetuado qualquer pagamento referente ao presente ano letivo. Mencionaram que no dia 15 de novembro receberam na conta corrente do Ministério, a indicação de uma transferência

bancária, que teria sido efetuada nesse dia, mas o certo é que esta verba nunca foi efetivamente transferida, tendo a indicação da transferência sido de imediato apagada da conta corrente, sem que tenham sido prestados quaisquer esclarecimentos.

Disseram ainda estranhar a ausência de resposta aos vários pedidos de informação que dirigiram à DgestE e questionaram os critérios seguidos para que fossem efetuados pagamentos a apenas algumas instituições.

Concluíram, reafirmando que o Colégio está numa situação económica insustentável, e que já não dispõem de dinheiro para fazer face às despesas com alimentação dos alunos, transportes e encargos com os vencimentos.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Rita Rato (PCP), que considerou que os atrasos nos pagamentos e a ausência reiterada de resposta aos apelos desesperados representam um desrespeito pelas crianças, pelas suas famílias e pelas instituições. Referiu-se às várias perguntas que o PCP dirigiu ao Governo, sobre os atrasos nos pagamentos, sem que tenha obtido resposta, e fez ainda alusão à necessidade de se apurarem os critérios que estiveram na base do pagamento a apenas algumas instituições.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) informou que o CDS-PP dirigiu também uma pergunta ao Governo, sobre esta questão, por considerar a situação muito preocupante para as instituições e para as famílias. Disse ter informação de que os processos destas instituições se encontram para despacho na Secretaria de Estado do Orçamento, pelo que assumiu o compromisso de diligenciar, no sentido de a situação ser desbloqueada o mais breve possível. Por último, e relativamente ao cheque-ensino, esclareceu que ainda não existe financiamento direto às famílias.

A Sra. Deputada Sandra Pontedeira (PS) considerou esta questão muito delicada, pela forma desumana como são tratados os alunos, as famílias e os colaboradores das instituições em causa. Informou também que o PS dirigiu uma pergunta ao Governo sobre esta questão, há mais de trinta dias, sem que tenha obtido qualquer resposta. Por último, fez referência ao tratamento discriminatório entre instituições e lamentou que o atraso nos pagamentos empurre as instituições para o incumprimento da lei.

A Sra. Deputada Manuela Tender (PSD) manifestou a sua revolta face à situação exposta e considerou importante apurar responsabilidades, não apenas no que diz respeito ao incumprimento dos prazos de pagamento, mas também no que se refere à discriminação entre instituições. Afirmou, por último, que tudo fará para a resolução do problema, entendendo que este não é o paradigma de sociedade inclusiva, que defende.

Por último, a Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) solicitou o envio de informação sobre os 10 alunos não autorizados, pela Segurança Social, para frequência do Externato Ana Sullivan.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na página da Comissão, na Internet, [aqui](#) e [aqui](#).

Palácio de São Bento, 12 de dezembro de 2013

A assessora
Cristina Tavares